



VOZES POR TRÁS DO GOLPE

Janice Theodoro da Silva

A CASA DA VOVÓ. UMA BIOGRAFIA DO DOI-CODI (1969-1991), O CENTRO DE SEQUESTRO, TORTURA E MORTE DA DITADURA MILITAR, DE MARCELO GODOY, SÃO PAULO, ALAMEDA, 2014, 612 P.

Antes de iniciar a resenha sobre o livro *A Casa da Vovó*, de Marcelo Godoy, é importante informar o leitor sobre uma questão que nem sempre faz parte da narrativa dos resenhistas. Esta autora esteve presa no DOI-Codi¹ em 1971. Evidentemente, a experiência deixou sinais tanto na psique como no texto. Em regra, a relação entre a obra e o crítico deve ser pautada por objetividade, isenção e distanciamento. Mas, neste caso, a situação é peculiar: tanto o distanciamento como a objetividade são, no mínimo, difíceis.

Além de ter conhecido de perto a Oban, por várias razões pessoais e profissionais tive acesso a inúmeros depoimentos e livros de presos e torturados, conheci alguns dos personagens citados, fui colega de classe de Luis Eduardo da Rocha Merlino, morto na chamada “Casa da Vovó”, em 19 de julho de 1971, assisti a filmes que enfocaram o tema da ditadura e ouvi gritos. Confesso que a leitura desse livro transformou passado em presente. Foi difícil ler.

1 Destacamento de Operações e Informações, conhecido pela sigla DOI-Codi, anteriormente denominado Operação Bandeirantes (Oban).

A FORMA DA ESCRITA

O autor, ao construir uma narrativa a partir de depoimentos de agentes da repressão, produz um texto marcado por uma estranha objetividade, frieza e materialidade. As longas citações dos policiais, elaboradas com base em gravações, conduzem o leitor para dentro da “Casa da Vovó”, tornando presentes e próximas a dor, a tortura e a morte. Eu me perguntei o que era característico desses textos. Talvez a ausência de identificação do torturador com a dor do outro, com o significado da vida ou com a incapacidade de duvidar da doutrina político-militar que defendia.

O TÍTULO DA OBRA E AS PALAVRAS

O título da obra, bem escolhido por Marcelo Godoy, é uma metáfora que incomoda porque se refere a um personagem a quem, frequentemente, se atribui afeto, a avó. Além do título, outras palavras, aparentemente fora de contexto, são utilizadas pelos agentes: “clínica-geral”, “clientes”, “pacientes”, “paqueras”, “cachorros” (delator) e “açougue”. Com exceção da última palavra, que não causa surpresa ao leitor, por-

JANICE THEODORO DA SILVA é professora titular aposentada da Universidade de São Paulo e autora de, entre outros, *América Barroca: Tema e Variações* (Nova Fronteira).

que sangue é sangue e carne é carne, as outras todas são violentas por *perverter* o significado original, que remete a cuidado, afeto e atenção. Ao inverter o significado, a maldade fica ainda mais explícita, uma espécie de ironia diante da dor do outro.

A PESQUISA

A pesquisa, realizada por Marcelo Godoy, mostra a incorporação, por parte dos agentes, de uma doutrina militar com objetivos precisos. Os responsáveis pela prática da repressão e tortura, treinados dentro e fora do Brasil, abriram mão, de forma definitiva, do seu livre-arbítrio. Eles incorporaram argumentos políticos capazes de justificar a prática de qualquer tipo de violência. A cultura desse grupo, sediado no DOI-Codi, tinha como meta blindar os agentes de uma simples gota de humanidade. Mas, mesmo assim, alguns policiais vivenciaram certo abalo na consciência. Um deles narra como uma imagem, em 27 de outubro de 1972, se cristalizou em sua mente e o perseguiu ao longo de sua existência. A imagem refere-se a Antonio Benetazzo, que seria executado no dia seguinte.

Esse relato, assim como outros presentes no livro, perderia força se fosse *reproduzido*. Acertadamente o autor do livro apenas *transcreveu* o depoimento. Esse cuidado em escolher o que seria reproduzido e o que seria transcrito caracteriza a obra, dando a ela a dimensão do drama:

“– Às vezes você vai a um hospital, visitar um paciente terminal. É natural, o cara vai morrer. Não te choca. [...] Participar de tiroteio, assistir a um acidente, socorrer pessoas na rua é algo inevitável, quando a consequência foi a morte. Mas neste caso não era algo inevitável, era programado. Ali não tinha o que falar. Você pega um doente e diz: ‘Vai melhorar, a vida é assim mesmo, tenha paciência’. Mas ali não dava pra falar isso pro cara [...] Primeiro porque era um cara inteligente, conscientizado. Segundo porque eu não podia fazer nada por ele.

– E ele sabia?

– Olha, ele não falou isto, mas com certeza sabia. Ele tinha uma cara de resignação que parecia saber o que ia acontecer. [...] Não falamos sobre nada. Foi um silêncio. Fiquei ali olhando pro rosto do cara” (entrevista realizada com o tenente Chico, em 26 de agosto de 2005, fita II, lado A).

O que choca nessa história?

Talvez a contradição entre a maldade infinita e uma gota de consciência do absurdo do ato.

Marcelo Godoy realizou, ao longo de dez anos, uma excelente pesquisa, durante o período de 1969-91, sobre o DOI-Codi, local onde muitas pessoas foram mortas e torturadas durante o período militar.

O trabalho tem como objetivo analisar a concepção política dos responsáveis pelo golpe militar e as justificativas utilizadas para a prática de todos os tipos de violência por meio do olhar dos agentes envolvidos no DOI-Codi.

Esse enfoque é sugestivo porque conjuga histórias pontuais nas quais a vítima e seus algozes são descritos em uma circunstância determinada, detalhe por detalhe. Ao mesmo tempo o livro permite ao leitor construir uma visão estratégica, que leva em conta a guerra como instrumento político presente na história tanto mundial como brasileira. Merece também destaque a forma como Marcelo Godoy evita a vitimização da esquerda. A descrição dos fatos não dissipa os projetos políticos da esquerda e da direita. Mas o texto apresenta algumas histórias com tal força dramática que, por vezes, as análises se transformam em meros cenários de enormes tragédias individuais.

Eu me arrisco a dizer que a condição humana é a protagonista do livro.

Em busca da objetividade, possível na circunstância, retomo o ofício do historiador.

O livro está dividido em quatro partes: “Estratégias”, “A Tropa”, “Táticas” e “Clandestino”, incluindo também um “Caderno de Imagens” e “Anexo”, com lista de agentes do DOI identificados durante a pesquisa e lista de mortos, vítimas desses agentes. A pesquisa foi bem elaborada, especialmente no que diz respeito ao método utilizado com os depoentes. Alguns preferiram o anonimato, outros não. O autor entrevistou policiais e militares, em alguns casos mais de uma vez, utilizando da repetição e confirmação por outras fontes, cruzando sistematicamente os dados, para evitar falsificações ou enganos ocorridos nos depoimentos.

A primeira parte do livro, “Estratégias”, deixa clara a vontade governamental de que a repressão fosse dura e implacável. Retomando as palavras de Emílio Garrastazu Médici, “Só os nossos estão morrendo”, o texto explicita o uso de uma estratégia militar de guerra em que a ordem era aniquilar o

inimigo, ou seja, matar. Segundo o autor, “acreditava-se que, quanto mais fortes e rápidas fossem as ações de contrainsurreição, maiores seriam as possibilidades de sucesso imediato” (p. 54), ou ainda, como afirmavam os militares, “Toda ação em que dois inimigos se digladiam à morte é guerra” (p. 71).

A tradição francesa na guerra, especialmente no que diz respeito à forma de se obter informações, largamente utilizada no Brasil e na América Latina, é tema muito bem desenvolvido no livro. O autor relembra os métodos que Paul Aussaresses utilizou em Philippeville (Argélia) contra os insurgentes da Frente de Libertação Nacional (FLN): “Depois que eles falam [os suspeitos], se eles têm relação com os crimes terroristas, eu os abato” (p. 77). Para os militares a regra era raciocinar em termos de eficiência e não de *moral*. A categoria “desaparecido”, amplamente difundida na América Latina, foi utilizada tanto em Argel como pelos alemães na Segunda Guerra Mundial.

Retomando as histórias das guerras, o livro deixa clara a gênese do pensamento estratégico militar no Brasil, fortemente marcado pela doutrina francesa. A referência teórica das ações de repressão no Brasil, como fica demonstrado no livro, se sustentava nas formulações de Clausewitz, para quem a guerra se subordinava à política, ou seja, se tomarmos como exemplo o presidente Costa e Silva, era necessário enfrentar a oposição e a guerrilha sem abandonar, de todo, o uso de instrumentos legais.

Retomando o foco de análise para o caso brasileiro, Godoy estabelece o perfil dos dez DOIs espalhados pelo país. Seriam por volta de 400 homens do exército em ação. Já “do lado da guerrilha teríamos 2.668 pessoas que foram processadas por ligação com grupos armados, número que pode ser maior, principalmente na rede de apoio”. Procurando mapear a dimensão do conflito, os números citados são de cerca de “10.000 homens em um país de 90 milhões de habitantes” (p. 66). Em 1964, os números são bem superiores. Godoy informa que 50 mil pessoas foram detidas em seguida ao golpe, 6.592 militares foram punidos e 4.862 pessoas tiveram seus direitos políticos cassados.

Com um olhar ainda mais pontual, o autor analisa a forma de administração do DOI-Codi a partir de quem administrava a instituição. Waldir Coelho (1969-70) foi o primeiro comandante do órgão, e no seu período a decisão de matar foi limitada. Com

Carlos Alberto Brilhante Ustra (1970-74), o método de encenação de tiroteios foi uma praxe que não impediu a morte de inúmeros detidos. Mas foi durante a atuação do tenente-major Audir Santos Maciel que o silêncio e o desaparecimento sistemático de pessoas mais cresceram, exatamente no momento em que a política brasileira já caminhava para a abertura.

O capítulo se encerra com uma reflexão muito acertada, consoante com as reflexões de Hannah Arendt, sobre o *ethos* dos agentes caracterizado pela incapacidade de pensar criticamente ou, ainda, de perceber que “ordens ilegais não se cumprem” (p. 130), como cita o autor.

A prática de tanta violência deixou traumas entre alguns dos que a praticaram. Muitos agentes relatam uma vida marcada por traumas psicológicos, casos de alcoolismo e conversão religiosa. Talvez os dilemas da consciência expliquem o fato de Marcelo Godoy ter conseguido gravar os depoimentos com tantos detalhes sobre fuzilamentos, torturas e perseguições.

A segunda parte do livro, “A Tropa”, descreve como os agentes eram recrutados, o discurso anticomunista, as promoções, os atos de bravura, comportamentos que tinham como base a formação de um espírito guerreiro, bem representado pelo coronel do exército Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Um levantamento quantitativo de militares mortos comprovados por Godoy é de 16, e o número de feridos, citados por Ustra, é de 14. Do outro lado, o Projeto Brasil Nunca Mais cita 876 denúncias de torturas (de 1969 a 1977), e o próprio DOI, em relatório, admite que 50 pessoas morreram em ações do destacamento e 1.804 foram detidas (p. 211). Esses dados não contabilizam o número de desaparecidos, principalmente depois de 1974, quando a esquerda já se posicionava contra a luta armada.

A terceira parte, “Táticas”, explica como o Estado, que, até então, agia de forma desorganizada no combate à subversão, resolveu unificar o comando. Teve papel importante nesse processo a 2ª Companhia da Polícia do Exército, sob o comando, em 1968, do capitão de infantaria Jayme Henrique Antunes Lameira.

A fuga de Lamarca e outros eventos, como furto de armas, irão estimular ainda mais o Exército para organizar um órgão de combate sistemático à subversão. Em 27 de junho de 1969 foi criada a Operação Bandeirantes graças aos esforços de Ernani Ayrosa, chefe do Estado Maior do 2º Exército, com

vistas a “identificar, localizar e capturar elementos integrantes de grupos subversivos”².

As táticas de combate à esquerda envolviam tiros, atropelamentos, fuzilamentos, choques, cadeira do dragão, pau de arara, paulada. Matar fazia parte do ofício. Não eram apenas os militantes treinados em Cuba aqueles que deveriam morrer na Casa da Vovó. A prisão dos estudantes e professores da USP foi quase uma rotina, pouco adiantando missas e cartas-denúncia no Congresso. Conforme depoimento do agente Chico, citado por Godoy, enquanto “D. Paulo rezava pelo estudante (Vannucchi) todos os dias de manhã um capelão militar rezava no DOI e pedia a Deus que fizesse ‘com que as armas dos terroristas falhassem’ e as dos agentes acertassem o alvo”.

As técnicas utilizadas pelos agentes da repressão para extrair informações alcançavam os seus objetivos. A crueldade era tamanha que torna difícil reproduzir. Mas, apesar de toda a tragédia que marcou a história brasileira nos anos de chumbo, a fênix abandonava a luta armada para ressurgir como uma força política capaz de compor uma grande coalizão. Os agentes dos órgãos de segurança, de defensores da pátria, passaram a ser vistos como torturadores. Mas para que essa inversão de sentido ocorresse muitas vidas foram ceifadas.

A quarta parte do livro, “Clandestino”, mostra como a repressão se expandiu para uma crítica aos costumes e para o combate ao crime comum. Era assunto de segurança nacional escola de samba, movimento *hippie*, letras de música, teatro, jornal. Os *hippies*, por exemplo, foram qualificados como “seres essencialmente nômades” e, portanto, perigosos, porque poderiam prejudicar os interesses nacionais ao

difundir seus hábitos e ideias. Em nome dos interesses da comunidade, os sindicatos foram vigiados e as fábricas tiveram agentes infiltrados. O crime comum, que até então não era combatido com a mesma intensidade, passa a ser considerado pela mesma ótica. Afinal, os mesmos padrões de “eficiência” poderiam ser utilizados. A história do importante mafioso italiano Tommaso Buscetta, preso em 1972, ilustra bem essa passagem. Ele conheceu de perto o pau de arara.

A perseguição à polícia militar é uma tragédia sem fim. O ódio por aqueles que, dentro da corporação, pudessem se entusiasmar com o pensamento de esquerda era imenso. A descrição de como chutaram a cabeça de um dos oficiais presos e como o mataram escapa totalmente da minha capacidade de compreensão. Na sequência, a destruição do PC é contada caso por caso, morto por morto. A justificativa do ministro do Exército, citada por Godoy, é que “se não houvesse ação, eles iam chegar ao poder”. O caso Herzog, de acordo com o coronel Paes, “foi um divisor de águas. Depois dele mudou nossa forma de agir. Você, que era herói até aquela data, passou a ser bandido, apesar de ter agido dentro das normas e diretrizes do Exército” (p. 467).

A finalização do livro se faz com um retorno a Clausewitz, citado logo no início. Para ele, o “objetivo militar é apenas um meio para atingir um fim político”. Complementando essa proposição, a citação de Bonnet, bem escolhida pelo autor, explicita seus propósitos ao fazer o livro: “A história não mente. A violência nada resolve. Engendra o ódio e com ódio nada durável se faz” (p. 520).

Pode parecer ingênuo, mas, talvez, conhecer e superar o ódio por meio de palavras, da escrita, seja o caminho, suave, para devolver a crença na paz.

2 Frase citada por Godoy de Carlos Alberto Brilhante Ustra, *A Verdade Sufocada*, p. 221.